



Comissão do ESPORTE



Informativo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados ano 1 - nº 9 - Brasília, 26 de agosto de 2015

Foto: Jandara Ribeiro / ASCOM CESP



Eduardo Cunha, ao lado do pres. da Comissão do Esporte, Márcio Marinho, e o pres. da Subcomissão Permanente do Futebol, Afonso Hamm, além de parlamentares e convidados representantes do futebol

Comissão do Esporte vai promover Fórum Legislativo do Futebol em novembro

A Comissão do Esporte, por meio da Subcomissão Permanente do Futebol, lançou no dia 13 de agosto, na Câmara dos Deputados, o Fórum Legislativo do Futebol, que visa propor alternativas para melhorar o futebol brasileiro a partir de debates organizados e fundamentados no conhecimento de especialistas e de representantes da sociedade. Na mesma oportunidade, foi anunciada a data do Fórum para o próximo dia 24 de novembro.

Os deputados deixaram a reunião convencidos da importância dos debates que vêm sendo realizados na Comissão e da criação de uma agenda positiva para o esporte, diante da relevância econômica e cultural que o futebol representa para os brasileiros.

Em seu discurso, o presidente Márcio Marinho afirmou que, desde quando assumiu o colegiado, no início do ano, procurou abranger todos os assuntos ligados ao desporto brasileiro e criar condições para que os membros da comissão atuassem em prol do esporte dentro dos seus temas de interesse e atuação.

"Nosso trabalho tem sido e será intenso a favor do futebol brasileiro e acima de tudo a favor da prática esportiva em nosso país. Até o Fórum vamos debater inúmeros assuntos ligados ao fute-

bol, e cada relator, dentro da sua área de atuação, será responsável por um parecer", afirmou.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), destacou a importância do Fórum e salientou a necessidade de pensar nas diferenças e divergências que o futebol tem. "Cada estado brasileiro tem realidades distintas, e essas realidades precisam ter tratamento diferenciado e necessitam ser debatidas", enfatizou.

O presidente da Subcomissão Permanente do Futebol, deputado Afonso Hamm, parabenizou a representatividade expressiva do colegiado da Comissão do Esporte que atualmente é composta por ex-dirigentes, atuais dirigentes, ex-jogadores de futebol, árbitros e treinadores. "Juntos vamos trabalhar de forma engajada e organizada para colaborar com uma agenda positiva para o futebol brasileiro", destacou.

O trabalho dos relatores da Subcomissão se divide em cinco eixos temáticos: legislação trabalhista, tributária e previdenciária com o deputado Andrés Sanchez; formação de atletas com o deputado José Rocha; segurança nos estádios, deputado Roberto Góes; calendário e organização do futebol, relatado pelo deputado Marcelo Aro; e o legado dos estádios e arenas,

com o deputado Hiran Gonçalves.

A cerimônia contou com a participação de parlamentares, representantes do Ministério do Esporte, federações de atletas, associações, presidentes de clubes de futebol e do secretário-geral da CBF.

ESCALAÇÃO

Audiência Pública debate programa de incentivo a modalidades olímpicas
pág.2

Dep. GOULART participa do Ping-pong
pág. 2

Comissão debate indicadores de políticas públicas na área esportiva
pág. 3

Artigo dep. MARCELO MATOS
pág.4



facebook

facebook.com/comissaoesportecd

Audiência Pública debate programa de incentivo a modalidades olímpicas



À esquerda o deputado João Derly, autor do requerimento que propôs o debate.

A Comissão do Esporte, no âmbito da Subcomissão Especial para a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, promoveu, no dia 18 de agosto, o debate sobre o Plano Brasil Medalhas, iniciativa do Ministério do Esporte e lançado em setembro de 2012, que tem como meta colocar o Brasil entre os dez primeiros países nos Jogos Olímpicos, em número de medalhas, e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos. A audiência faz parte de uma série de debates que o deputado João Derly propôs para fundamentar seu parecer sobre a preparação da delegação dos atletas.

Para alcançar o objetivo, o plano assegurou R\$ 1 bilhão adicional ao orçamento do Ministério do Esporte para apoiar esportes olímpicos e

paraolímpicos. A proposta é formar novas gerações de atletas das modalidades e estruturar centros de treinamentos que atendam desde as equipes principais do alto rendimento até as categorias de base.

Entre as frentes de atuação está a Bolsa Pódio, a mais alta categoria do programa Bolsa Atleta, programa que já se consolidou como o maior patrocinador individual de atletas do mundo. A Bolsa Pódio é destinada aos competidores com chances de disputar finais e medalhas nos Jogos Rio 2016. Já foram investidos R\$ 287,3 milhões em 27 modalidades olímpicas e 16 paraolímpicas. Atualmente, 395 atletas são apoiados pelo Plano, sendo 238 de modalidades individuais e 157 de modalidades coletivas, olímpicas e paraolímpicas nos dois casos.

“Este apoio tem sido importante para o desempenho dos nossos atletas, e já estamos colhendo frutos. O investimento tem sido contínuo, e os atletas têm feito uma boa gestão desse patrocínio”, destacou o coordenador-geral do Bolsa Atleta, Mosiah Brentano Rodrigues.

Das 141 medalhas conquistadas no Pan-Americano de Toronto, 121 foram por atletas bolsistas.

Nos jogos Papan-Americanos o resultado é ainda maior: das 257 medalhas conquistadas, 254 foram por atletas que recebem apoio do governo federal. Somente a natação, em que toda a delegação foi formada por atletas bolsistas, conquistou 104 medalhas na competição, sendo 38 ouros, 29 pratas e 37 bronzes.

Infraestrutura e equipamentos de ponta

Os outros R\$ 473 milhões do Plano Brasil Medalhas estão sendo utilizados em construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos pelo país. Essa infraestrutura se destina a preparar as seleções nacionais das modalidades e, principalmente, a formar novos talentos.

Entre os CTs já entregues estão o Centro Pan-Americano de Judô, em Lauro de Freitas (BA); a Arena Caixa de Atletismo, em São Bernardo do Campo (SP); o Centro de Excelência em Saltos Ornamentais, em Brasília (DF); a pista do Velódromo de Indaiatuba (SP); e o Centro de Canoagem em Foz do Iguaçu (PR).

Texto: Ministério do Esporte
Edição: Ascom/CESPO

Deputado Goulart (PSD/SP)



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

2) O senhor é autor do Projeto de Lei 1375/2015, que autoriza e regulamenta a venda e o consumo de cervejas em estádios, arenas desportivas e seus arredores durante a realização de um evento esportivo. Como desassociar a violência nos estádios do consumo de bebida alcoólica?

Acredito que a proibição é uma tolice, uma vez que a pessoa já vai consumindo bebida alcoólica no caminho do estádio e já entra no estádio alcoolizada. É normal em outros países a venda de bebidas, como no Japão, que vende inclusive com bomba de chopp na arquibancada, e no Brasil não pode ser diferente, já que é o país do futebol, do samba e da cerveja; então peço com urgência a aprovação desse projeto.

3) O que esperar do seu parecer ao Projeto de Lei

3462/2012, que propõe alteração no Estatuto de Defesa do Torcedor, no que diz respeito às torcidas organizadas?

Eu propus que seja condenado de maneira drástica o torcedor individualmente e não a torcida como um todo, porque a torcida é uma instituição, porque torcida não comete crime, agora membros da torcida, sim. O torcedor que infringe a lei deve ser punido com todo o rigor da lei. Tem que parar com essa hipocrisia de promotores e delegados querendo exterminar com a torcida organizada. A torcida organizada é uma grande família; então, para continuarmos fazendo festa nos estádios, é necessária a continuidade dela. Com uma torcida organizada, uma boa cerveja e uma harmonia, vamos deixar o nosso futebol cada vez melhor.

PING-PONG

1) O senhor, como torcedor do Corinthians, traz quais experiências para serem debatidas na Comissão do Esporte?

Como membro de uma torcida organizada, a Gaviões da Fiel, eu tenho uma visão diferente de alguns membros da comissão, mas tem vários esportistas que tem o mesmo olhar que o meu. A torcida faz parte do espetáculo, traz alegria nas arquibancadas.

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Rogerio Roman (PSD/PR) José Rocha (PR/BA) João Derly (PCdoB/RS) Goulart (PSD/SP) José Airtton Cirilo (PT/CE) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ).

Comissão debate indicadores de políticas públicas na área esportiva



Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação, Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União - SeceexEducação

A Comissão do Esporte promoveu, no dia 12 de agosto, audiência pública com foco na construção de indicadores para a elaboração de políticas públicas de caráter esportivo. Entre os indicadores estão os de sedentarismo e os que apontam metas para esportes de alto rendimento.

O relator da subcomissão, deputado Evandro Roman (PSD-PR), argumenta que os indicadores serão fundamentais para orientar a formulação de políticas públicas, sobretudo na meta de tirar o brasileiro do sedentarismo e, ao mesmo tempo, aliviar a pressão sobre os postos de saúde do país.

"Quem não sabe o que procura não identifica o que encontra. Pelos indicadores, as grandes ações que teremos pela frente envolvem trabalhar com o esporte-participação", afirmou.

"O brasileiro foi se 'norteamericanizando', e isso foi nos tornando cada vez mais sedentários. Isso hoje é um problema de saúde pública: o brasileiro que não pratica atividade física e não controla a alimentação tem um problema muito sério de sobrepeso e obesidade, que leva a doenças crônicas e degenerativas", acrescentou.

Pesquisa recente divulgada

pelo Ministério do Esporte revela que quase 46% dos brasileiros são sedentários. Esse índice equivale a 67 milhões de pessoas. De acordo com a mesma pesquisa, o sedentarismo é maior entre as mulheres (50,4%) do que entre os homens (41,2%).

O deputado Evandro Roman pretende apresentar o relatório final da Subcomissão do Plano Nacional do Desporto em novembro. O incentivo à atividade física em ambiente escolar já é ponto certo do relatório.

"O esporte escolar é o grande objetivo do trabalho: desde os primeiros anos escolares até o final da universidade, porque, a partir do momento da massificação nas escolas e universidade, a qualidade virá naturalmente", destacou o parlamentar.

"O que não for no caminho desportivo de alto rendimento com certeza será uma pessoa que terá a possibilidade de, em um fim de tarde, calçar um tênis, colocar uma bermuda e sentir o gosto da liberação de endorfina no organismo para o bem-estar, cuidando, principalmente, da promoção da saúde", observou.

O Tribunal de Contas da União (TCU), representado pelo secretário Ismar Barbosa Cruz, aponta como principais riscos relacionados ao esporte de rendimento a má administração de recursos públicos destinados a essa modalidade, em razão da fragilidade dos controles sobre a aplicação desses recursos, e a não sustentação da meta do Brasil de se posicionar entre os dez primeiros países classificados nos Jogos Olímpicos de 2016, no período pós-2016.

Texto: Agência Câmara
Edição: Ascom/CESPO

Calendário do futebol brasileiro é debatido em Goiânia

Aconteceu na sexta-feira, 14, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás o seminário sobre "Calendário do Futebol Brasileiro", etapa Centro-Oeste. A reunião aconteceu no Auditório Costa Lima.

Na ocasião, a presidente do seminário, deputada Flávia Moraes (PDT), disse que a reunião acontece em razão da aprovação do requerimento do deputado federal Marcelo Aro (PHS) de Minas Gerais. "A comissão foi criada para discutir os ajustes que possam ser feitos no futebol do país. As discussões serão feitas regionalmente em todo o país. Hoje estamos em Goiânia para colher as demandas e entender as principais dificuldades", explica.

De acordo com o presidente da Federação Goiana de Futebol (FGF), André Luiz Pitta, os ajustes serão relevantes, pois proporcionarão aos clubes a participação de todos. "O seminário é importante porque abre um caminho para os clubes. O objetivo é que todos possam participar e discutir sobre o assunto, pois há uma polêmica grande em torno do calendário nacional, principalmente se for comparado aos calendários europeus. Atualmente, temos mais de 600 clubes profissionais em atividade no Brasil, então isso deve ser avaliado", finaliza.

Com informações da Assembleia Legislativa de Goiás

Secretário destaca importância dos Jogos Mundiais Indígenas para planejamento das Olimpíadas

O Secretário de Esporte e Inclusão Social do Ministério do Esporte, Evandro Garla Pereira da Silva, destacou nesta quarta-feira (19) a importância dos primeiros Jogos Mundiais dos Povos Indígenas para o planejamento dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Ele participou de reunião da Comissão do Esporte que discutiu o assunto e informou que o ministério vai destinar R\$ 10 milhões ao desporto indígena neste ano.

O mundial indígena será realizado do dia 23 de outubro a 1º de novembro em Palmas (TO). Os jogos vão reunir 22 etnias nacionais e povos de 27 países, como os Estados Unidos, Argentina e Finlândia. E dentre as modalidades indígenas, estão tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, canoagem e corrida de velocidade rústica, e xikunahati - jogo semelhante ao futebol e que permite o uso da cabeça

"O legado que hoje pretendemos ter após os jogos mundiais é que os indígenas tenham o direito de praticar



Foto: Jordana Ribera / ASCOM CESPO

esporte e lazer, que hoje infelizmente isso não acontece", ressaltou Evandro Garla.

O presidente Márcio Marinho, acredita que o 'atleta' indígena requer especial atenção do poder público. "Inserir os indígenas no esporte nacional exige política de alimentação, porque uma boa performance no esporte, sem alimentação, fica difícil", disse. Marinho informou ainda que a comissão discute formas de levar aos indígenas os equipamentos para que eles possam "treinar e ser melhores do que são".

Esporte e cultura indígena estão interligados, acredita Karkaju, da etnia Pataxó da Bahia, coordenador da 8ª edição dos Jogos Pataxó.

"O desafio é não deixar se tornar esporte apenas por esporte. A gente precisa ter consciência de que essas práticas têm um cunho cultural muito forte e não podem perder de forma alguma esse vínculo cultural. Ele não pode passar a ser simplesmente uma competição", defendeu.

Durante a reunião, o secretário do Ministério do Esporte disse que a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) firmou termo de cooperação com o município de Palmas para combater a prostituição infantil de indígenas durante os jogos.

O secretário Evandro Garla não descartou a possibilidade de o 'atleta' indígena alcançar o nível de alto rendimento. Ele explicou, no entanto, que essa qualificação depende da avaliação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e das federações que foram convidadas para participar como observadores dos jogos indígenas. "É uma grande vitrine para os atletas", assinalou.

Texto: Agência Câmara

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Márcio Marinho, recebeu no dia 13 de agosto, em seu gabinete, a Rede Esporte pela Mudança Social (REMS). Na oportunidade, o grupo veio tratar sobre o Sistema Nacional do Esporte. Em especial apresentaram suas demandas de financiamentos para o setor.

Além disso, conversaram também da importância em aproximar a sociedade civil ao processo de elaboração do Sistema, alinhados com o Ministério do Esporte e o Congresso Nacional.

Marinho se colocou à disposição para receber os pedidos da organização e promover, juntos, o diálogo em prol do grande legado que o esporte brasileiro irá consolidar com esse Sistema Nacional do Esporte, que atualmente encontra-se em construção.

Por fim, a REMS aproveitou o encontro para agradecer o apoio da Comissão e da Câmara na renovação da Lei do Incentivo.



As subcomissões das Olimpíadas, no âmbito da Comissão do Esporte e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, se reuniram no dia 20 de agosto para definir ações em conjunto para o segundo semestre de 2015 entre elas: a realização de audiências públicas e eventos testes voltados para os Jogos Rio 2016.

Futebol com torcida, sempre



MEDALHA DE OURO



Deputado Marcelo Matos (PDT/RJ)

Jogos com portões fechados se tornaram uma triste tradição do futebol, em especial do brasileiro. Servem de punição, por exemplo, quando torcedores de determinado clube são responsáveis por tumultos ou agressões. Como castigo, o clube em questão tem que jogar um determinado número de jogos em seu estádio sem o apoio da torcida, ou com "os portões fechados".

Sempre achei uma pena injusta, pois atinge não apenas o clube ou os seus torcedores envolvidos em atos violentos, mas também os simpatizantes da equipe adversária e mesmo aqueles amantes do esporte que, independentemente de paixão clubística, querem apenas acompanhar um jogo de futebol com seus amigos ou sua família.

Essa foi minha motivação ao apresentar o Projeto de Lei 5351/2013. Defendo que, em caso de identificação dos envolvidos nos atos de violência ou racismo, sejam punidos apenas os responsáveis. Quando não é possível identificar, que apenas o clube responsável seja punido.

Meu projeto passou por todas as comissões da Câmara dos Deputados e teve parecer altamente favorável de seu relator no Senado, Álvaro Dias, com total apoio de outros nomes importantes, como o senador Romário. Não tenho dúvidas de que se tornará lei, alterando o Estatuto do Torcedor e tornando as punições mais justas, atingindo apenas os responsáveis por atos tão lamentáveis. E preservando o esporte e o torcedor de bom comportamento, que é maioria em todo o país.

PROGRAMA-SE

Audiências Públicas

31/08 – Sem. Calendário do Futebol, etapa Sul (Porto Alegre/RS).

02/09 – Baía de Guanabara.

03/09 – Confederações Olímpicas, preparação para os Jogos Rio 2016.

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Gilson Vasconcelos Dobbin, Jaqueline Rodrigues, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Estagiário: Rodrigo Alves Souza. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>